CMP 2.1.9.35-2

oooo000oooo

"Tudo é pequeno e transitório neste mundo, exceto a humanidade, a cadeia ininterrupta por onde as sucessivas gerações, uma as outras, vão transmitindo, acrescentando, o tesouro da comum civilisação".
(Latino Coelho-"Camões"- Rev. de Língua Portuguesa XI, 141)

As tradições de família são preciosas veredas pelas quais se conduz o historiador em busca do passado a se desvendar. Para que mereçam fé, exigem, porem, documentação idônea que as transforme, do cultivar ingênuo das coisas do lar, em verdadeira história.

Aqueles recontos da ansianidade com a qual privamos na meninice; as exposições dos nossos avós que repetiam histórias do passado, muitas vezes para satisfazer a curiosidade dos netos; as confirmações dos relatos quando à curiosidade infantil substituio a curiosidade investigadora do adulto; impeliram-nos para maiores buscas de provas.

O encantamento da documentação encontrada se transformou em disposição para compor esta memória e divulga-la, no incontido anseio de legar, consolidado, à vindoura gente que continuará a nossa cadeia de gerações, mais um patrimônio histórico.

Tudo nasceu, pois, do desejo de documentar e transmitir relatos oraes que, de páis e avós, nossos tempos alcançaram.

C. M. de M. P.

---

As Cadeias do Amado

CMP 2.1.9.35-3

~~O BRASÃO DE AMARAL GURGEL~~

~~A~~ POVOADORES.

Dentre os que vieram de Itú para povoar Campinas, trazendo do mais nobre sangue da capitania, destacam-se os Amarais Gurgel aqui divididos em vários ramos, honrando a cidade e elevando o que conceito de benemerência, de patriotismo, de talento, de cultura e de civilisação. Amaral Gurgel era o herói da Venda Grande, Boaventura do Amaral; era o historiador de Campinas, Leopoldo do Amaral, descendente em linha varonil e direta do tronco, o Sargente-mor Bento do Amaral da Silva; era o Visconde de Indaiatuba, prestigioso chefe do partido liberal, grande fazendeiro, paladino da imigração estrangeira e ardoroso abolicionista da escravidão negra (fig.1); era o renomado e bondoso benfeitor da Santa Casa, Antonio Carlos do Amaral Lapa (fig.2); era o notável e dedicado professor Quirino do Amaral Campos; e mais um vastissimo número de ilustres campinenses, portadores do mesmo ~~generoso~~ sangue. Iríamos muito longe se pretendessemos citar os Amarais de Campinas, estirpe que no Estado se orgulha de reunir em seus galhos um Amadeu Amaral, poeta e prosador, membro da Academia Brasileira de Letras, ~~um Almeida Junior, príncipe da arte pitórica no Brasil;~~ um Monsenhor João Soares do Amaral, santo protetor dos febrentos de Sorocaba, tantos outros. ~~um Padre Bento Dias Pacheco, apóstolo dos leprosos de Itú.~~ E a história que vamos contar é desta antiga gente de escol que angrandece a genealogia e doira a heráldica nos fastos paulistas:

VIDA SEISCENTISTA.

O distanciar-nos pelos tempos "del rei nosso senhor", o penetrar em época de quasi trezentos anos passados, iniciando nossa história, é desvendar um meio social diverso da atualidade na sua roupagem e na sua exteriorisação. A sociedade se dividia, de fato e de direito, em nobreza e plebe, distinguindo-se aquela com sinais próprios, com distintivos, com marcas que encerravam glórias e tradições maiores, de quanto mais afastadas heranças vinham, e consolidadas na hereditariedade que atravessou séculos constituindo fundamento do edifício social e do direito pessoal.

A propriedade territorial vinculada era o esteio e, muitas vezes, a origem do renome da estirpe nobre, senhora de um privativo brasão d'armas que acompanhava a primogenitura e se estendia, "com diferença", aos filhos cadetes. A nobreza se transmitia à geração legítima por pai ou por mãe, conforme o direito português, diverso do de alguns outros países onde só a linha masculina perpetuava prerrogativa e distinção nobiliárquica.

O velho São Paulo, capitania de escassa população, não podia ter numerosa elite fidalga com uso espalhado de adornos heráldicos, requinte que se exibia, geralmente, amparado em riqueza e

CMP 2.1.9.35.4


em ambiente de luxo. Assim, restriro é, da época, o nosso documentário heráldico, encontradiço até a independência só em limitado círculo de estirpes e em uso de personalidades reinois, governadores e outras autoridades, ou brasileiros de fortuna que permitisse conservar as memórias da vida nobre do velho mundo; restrito, porem, comparado na historia de uma população.

Em São Paulo seiscentista, conhecem-se concessões de cartas de brasões d'armas aos irmãos Frei Luís dos Anjos, Frei João da Luz, Estêvam Ribeiro de Alvarenga e Antônio Pedroso de Alvarenga (ja objeto do nosso pequeno estudo "O Brasão dos Alvarengas") registradas em Câmara Municipal da cidade aos 29 de abril de 1683; e, outra, registrada na mesma Câmara aos 22 de março de 1685 por Fernão de Aguirre mas que havia sido concedida a seu avô Diogo Árias de Aguirre em 1577 e revivida, cem anos depois, pelo neto.

Ainda assim, bem maior do que tem sido afirmado, era o espírito nobiliárquico no São Paulo do seiscentismo; iniciado no século dezesseis, visinhando com o esplendor da heráldica portuguesa, acentuou-se no século seguinte quando, com população pequenissima, ja contava a capitania com várias famílias de nobreza conhecida, zelosas dos seus pergaminhos e de viver à sua lei na forma de tradição antiga. Somando as cartas de brasão concedidas ao brasonamento de objetos de uso e às referências dos cronistas pátrios, apuramos que, no resumido número de famílias paulistas de então, uma elite se distinguia e se distanciava da plebe, no cuidar da pureza do seu sangue e no atestar sua ascendência com insígnias de fidalguia. E deste cuidado, e desta prosápia, resultou uma grande consagüinidade nas alianças das velhas estirpes de São Paulo capitania, consangüinidade bem documentada em estudos genealógicos de tanto agrado dos paulistas, gente das poucas que no Brasil registram sua origem a contar dos primeiros anos do após descobrimento.

O próprio estudo genealógico, cultivado já épocas remotas na capitania e florescido no Estado de São Paulo com primazia sôbre outros estados brasileiros, bem demonstra as cogitações de nobreza de sangue que em São Paulo sempre existiram, ~~até o primeiro quartel do século atual~~. Longe da metrópole, longe dos registros de brasões d'armas e cartório da nobreza, é de se admirar como habilitações "de genere" e "de nobilitate probanda" multiplicavam-se sob a força seletiva das eras medievais transposta para o novo mundo por filhos cadetes ou elementos empobrecidos de boas linhagens das terras europeias.

A heráldica portuguêsa, explendentes nos reinados de D. João III e de D. Manuel, e sempre na elevada finalidade de simbolisar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras à brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claro, como ja dissemos, o cuidado dos nobres

da terra em representar sua origem com a reprodução armórica. Então, já enriquecidas famílias nobres que haviam deixado seus lares europeos, geralmente do território do glorioso Portugal, para engrandecer seus ramos cadetes, estadeavam seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza.

Só na posse do Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo, de quatro diferentes modelos cadeiras brasonadas da época atestam hábitos e usos fidalgos. Dos Silvas (fig. ) cujo chefe seria Diogo da Silva de Carvalho (Silva Leme VIII, 215) "descendente da ilustre casa dos Senhores de Veiros", fidalgo com brasão d'armas que vivem seus apelidos reproduzidos com brilho em seu filho Francisco da Silva de Carvalho e Costa; filho do chefe; no neto Capitão-mor José da Silva Pontes de Carvalho, professo na Ordem de Cristo, guarda-mor das Minas, senhor de muitas lavras; no bisneto Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme, cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, com brasão dos Silvas, Pontes e Botelhos; no trineto Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, ministro plenipotenciário na Argentina, e em vasta e ilustre geração que eleva a gente de São Paulo. A dos

Moraes (fig. ) que são Moraes de Antas com varias concessões de brasão a confirmar sua nobreza, que se ligaram às mais distintas famílias de São Paulo, ocupando altas posições de honra e prestígio, deixando chegar até nós peças brasonadas que, como a dos Silvas, foi juntada a mais uma de armas não identificadas, e às que são objeto do presente estudo. Mas, Dentre os fidalgos seiscentistas de São Paulo, queremos aqui distinguir o Sargento-mor (1) Ouvidor Bento do Amaral da Silva (+ 1717) de vida abastada e hábitos de luxo, cuidadoso no fazer gravar em objetos do seu uso o sinal de sua nobreza repetindo-o no riquissimo mobiliário:

Para Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a "Capela de São Francisco em São Paulo" (2) era este sargento-mor ouvidor, "político vigoroso e pertinaz", "insigne benfeitor do convento de São Francisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na igreja conventual, do cruzeiros para dentro, debaixo da lampada", "tronco ilustre dos Amarais Gurgeis paulistas", que se "filiou à Ordem Terceira no fim da vida nela professando com sua mulher Escolástica de Godoi, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714". E este mesmo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem "o ouvidor geral interino da capitania de São Paulo, foi o descobridor das minas de Caeté".

Para Pedro Taques, o fidalgo genealogista de São Paulo, era o sargento-mor "pessoa de fino tratamento com numerosa escravatura, creados mulatos todos calçados, bons cavalos de estrebaria com ricos jaezes, escelentes móveis de prata e ouro".

Enquanto Silva Leme, na sua monumental obra genealógica, conta-nos que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar em fa-

zendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distinta", Afonso d'Escragnole Taunay, na "História das Bandeiras Paulistas", I-223, o inclue entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Gerais".

Como residência, mais de uma casa possuia o Sargento-mor; a de São Paulo, localisada à frente da Igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços, sendo um de sobrado com duas camarinhas (3), corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e divisando com o Capitão Amador Bueno da Veiga e D. Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava (4), entre os rios Tiete e Pinheiros, possuia sua casa grande (5) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluida, ao falecer o sargento-mor, na meação da viuva que nela continuou residindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (6).

Seu mobiliário era faustoso para a simplicidade da vida paulista do século dezessete e alvorecer do século dezoito: salas com bufetes (7) de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretes (ou cadeiras) (8) de couro lavrado, de pregadura e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os brasões d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Baía que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas, mais doze tamboretes (ou cadeiras) (8) de couro lavrado, com espaldares tambem armoriados e de pregadura miuda "feitos na terra", o que quer dizer, feitos em São Paulo; outras caixas com fechaduras, toalhas de mesa de pano fino e guardanapos, coxins de damasco carmezim e veludo vermelho, cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alamares, tapetes de Arraiolos (9) e o espelho com moldura de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Baía e com cortinados de primavera (10) "arrendados de prata"; colchas de damasco vermelho e ouro guarnecidas com tafetá, colchas de chamalote azul, lençois de linho, colchões de lã e grandes almofadas arrendadas; catres de jacarandá torneados ou "feitos na terra" e toalhas "de agua a mão arrendadas".

Para a esposa tinha o palanquim (10) pintado, guarnecido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmezim com seus alamares, palanquim em uso até a morte de sua viuva. Todo o luxo continuava no guarda roupa do sargento-mor fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera (10) azul com ramos brancos e calça de veludo; véstia (12) de brocado branco guarnecida de oiro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com véstia de seda; capa calça e véstia de seda tudo com golas de oiro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito oiro, muita prataria, vários imóveis rurais,

armas, numerosa escravatura e creados "todos calçados", peças de administração (13), animais cavalares "com ricos jaezes", muares, gado vacum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, compunham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadesinha que era o modesto São Paulo de então.

TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIA.

Com duas dúzias de tamboretes, como se descreve no inventário, notamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o rico ouvidor geral ? Por algum tempo percorremos literatura histórica sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do termo tamborete, ~~pois nos~~ parece-nos estranho que homem tão rico não possuisse cadeiras, e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretes, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vem avaliados por altissimo preço em confronto com outros valores da época. Outra estranheza está na descrição dos doze tamboretes " com pregadura e maçanetas doiradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretes na avaliação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil reis, e os mais novos quatro mil reis cada unidade, isto em 1719. Esta observação se ~~confirma~~ adora comparando-se estes valores com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay, em "Ensaios da História Paulistana", Anais do Museu Paulista, tomo X, página 163, de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rego, em 1740:

> "magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo peças de primeira ordem, de altissimo preço para o tempo. E o mais interessante é que todo este mobiliário o velho ladravaz mandara-o geralmente executar no Norte: provavelmente na Baía. Assim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras grandes de encosto de sola lavrada com pregão dourado em bom uso que foi cada uma vista e avaliada em tres mil e duzentos reis perfazem todas a soma de trinta e oito mil e quatrocentos reis".

Se em 1740, de "magnífico mobiliário" "peças de primeira ordem" eram cadeiras avaliadas em tres mil e duzentos reis cada uma, como admitir pequenos bancos, em 1719, valendo dois e quatro mil reis cada um? Não resta dúvida que cadeiras rasas de couro lavrado, sem braços, eram chamados tamboretes, ~~pelos avaliadores paulistanos,~~ como nos ~~diz~~ confirma um dicionarista. E valemo-nos de Frei Domingos Vieira, do seu "Tesouro da Língua Portuguesa" (8), utilisando o que pertence seguramente ao frade, una vez que, à evidência, distingue-se-lhe a redação das letras adventícias, possibilitando, quanto ao aproveitamento do seu saber de arcaismos. Tamborete para este filólogo é "cadeira rasa, sem braços; tem espaldar à diferença dos mochos, que são rasos de braços e espaldares". ~~Assim,~~ Podemos entender que o ouvidor usava, no luxo de sua casa, vinte e quatro cadeiras, ou "doze tamboretes feitos na terra, com pregadura miuda e algum uso" e mais "doze tamboretes feitos na Baía, com pregadura e maçanetas doiradas".

O maior uso das doze primeiras cadeiras "feitas na terra", é evidente no desgaste da travessa horizontal anterior que servia de suporte para os pés de quem nelas se assentava, bem visível nas figuras 2 e 3. As doze cadeiras feitas na Baía, possuiam, conforme inventário, maçanetas tambem doiradas, desaparecidas e substituidas por botões de madeira, de época, indiscutivelmente, menos afastada, como se constata com atento exame.

Na forma ja exposta, do tipo destas feitas na Baía, não só o Ouvidor as usava, pois, na coleção da Cúria Metropolitana de São Paulo e ora expostas no museu "Casa do Bandeirante", encontramos mais tres de idêntico estilo e época, tambem brasonadas, ~~uma ostentando o brasão dos Silvas, outra o dos Morais e a terceira um brasão que não conseguimos identificar, não só pelo seu péssimo estado de conservação como pelas estranhas figuras que contêm (fig. ).~~

Deixando os tamboretes pelos bufetes (ou bofetes como diziam os avaliadores de antanho) podemos registrar o que, ainda vigoroso em seus noventa anos de idade, contou-nos o nosso parente Sr. Roberto de Campos Bicudo, do seu avô e nosso bisavô, Pedro de Mello e Sousa, fazendeiro em Indaiatuba, falecido em 1899, para quem não se usava habitualmente o vocábulo mesa; em sua casa só havia bufetes, ~~que era tambem o nome comum usado nos idos tempos~~ de dois e mais séculos passados, quando se caracterizavam pelos torneados e tremidos. E o Ouvidor os possuia finissimos: um de "jacarandá, com quatro gavetas com fechaduras", " de pés torneados e molduras" "de oito palmos de comprido", ou seja um metro e setenta e seis centímetros, feito na Baía e avaliado por 25$000; outro tambem de jacarandá, de sete palmos de comprido, ou um metro e cinqüenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinqüenta e quatro centímetros, e , finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para taes bufetes, tinham as "toalhas de mesa de pano fino".

> "O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitue tambem uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, dessa forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas", "com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas".

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho em seu "Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira", páginas 79 e 82. Alexandre Herculano, o grande clássico e historiador português, em "Lendas e Narrativas", I - 276, confirma a terminologia da época neste relato elegante:

> "Em uma quadra das que serviam de aposentos reaes no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelos, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor ja tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o

o que indica que o nome da generalidade dos móveis grandes em geral, pide este nome

procurador Frei Joane. El rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo à sua direita Frei Joane". "Em cima do bufete estava estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam".

Percorrendo inventários contemporaneos ao sargento-mor ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a mesas. Sobram, entretanto, as toalhas "de mesa", as "sobre-mesas" que eram tambem cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscentistas e séculos seguintes. No inventário (1752) de Maria Pacheco de Sousa Menezes, ou "Maria Pacheca" foram avaliados "bufetes redondos".

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas (9) quem nos esclarece para fazermos juizo sobre os quatro que possuia o Ouvidor:

"A curiosa exposição do Carmo, veiu, ainda uma vez, chamar a atenção dos arqueólogos". "Estão ali representadas todas as épocas e todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos: os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do século XVII, floridos de motivos ingénuos e populares; as sumptuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente persa".

## A Resposta sobrevivente

~~CADEIRAS DO OUVIDOR~~

Quando menino, havia em casa de nosso avô materno uma cadeira diferente do mobiliário (fig. 2), toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenhos e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelas características próprias. As "pessoas grandes" da casa ensinavam e exigiam mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vetusto; tinha sido de avoengos e constituia venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para ser ali estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter, de dignidade e de nobreza, herdados dos seus maiores e por ele cultivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio "de puritate sanguinis" indissoluvelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios moraes. Era uma das cadeiras do Ouvidor que hoje ja tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando em nobre espaldar o mais antigo exemplar armórico dos Amarais-Gurgeis do São Paulo capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado curtido, para a perpetuação das armas da família ora espalhada por todo o Brasil com feitos históricos, realizações beneméritas, lauréis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras. As cadeiras, cognominadas, entre familiares, "cadeiras do Ouvidor" pela sua origem, ou "cadeiras do Padre Melchior", são puro século dezessete: a parte de madeira , de jacarandá, foi aparelhada a enxó, o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfeiçoara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porem, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças das cadeiras, encaixadas e que se seguram

(Veja Belmonte - "No Tempo dos Bandeirantes" pag 86)

CMPZ.1.9.35-10 

com as tradiciones cavilhas, são lisas e simples como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. Os assentos e espaldares de couro lavrado e taxiados com cabeças doiradas, se a parte de madeira é uma armação lisa, são eles de fino lavor de artista hábil, trabalhados com arte e com a exuberância de graciosos detalhes que pela generalisação vieram a empolgar a sencibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas na terra com pregadura miuda e algum uso" (fig.2) ou um dos tamboretes, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado destas cadeiras, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no Brasil. Porem, em São Paulo, em meados do seiscentismo, ja havia produção de taes obras de arte como nos conta Taunay (14):

> "Ja em 1653 havia quem em São Paulo, encadernasse livros. No inventário de Pedro Fernandes surge um "torno de emprensar livros" avaliado em 320 rs. Quais seriam os ferros com que o mestre Fernandes enfeitaria as suas encardenações toscas e robustas de couro de porco? Diz o arrolamento de sua oficina que aplicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para lavragem dos respetivos couros".

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo nos móveis feitos na Baía como tambem em suas casas usava o rico filho do "poverello" de Assis. E da documentação aqui citada, apuramos que duas eram as mobílias de sala do Sargento-mor Ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretes na linguagem da época. Doze feitas na Baía "com pregadura e maçanetas doiradas" (figs. 3 e 5) e "doze feitas na terra com pregadura miuda e algum uso" (figs. 2 e 4). Destas doze "feitas na terra" ja descritas, existem ~~possuimos~~ duas (15); seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto porem menos delicado que as doze feitas na Baía (16) cuja lavragem é de lavor finissimo, são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos tambem brasonados, diferindo das primeiras, especialmente, na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas.

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgeis, como se um só modelo tivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgeis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

~~O BRASÃO DAS CADEIRAS~~

70
12
2|5'8
29

CMP 2.1.9.35-11



7ª/48

A Heráldica das Cadeiras

~~O BRASÃO DAS CADEIRAS~~

Ao fazer a leitura do brasão estampado (fgs. 4 e 5) neste móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas estirpes: 1º o dos Gurgeis, 2º o dos Amarais, disposições que representam ou a varonilidade ou a importância da ascendência (17). Das armas dos Amarais reproduzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes, invertidos e com pitorescos ferfís humanos da velha e ingênua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgeis, porem, ~~merece~~ exige alguma explanação:

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contrariando os armoriais lusos-brasileiros que a indicam como um leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcussa na universal legislação heráldica.

Em Portugal, e, portanto, no Brasil, pela palavra abalisada de Armando de Matos em sua "Heráldica", se esclarece que leão

"não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar, enquanto leopardo sempre se representa com a cabeça de frente".

Em França, pára onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P. B. Gheusi, no seu "Le Blason Heràldique", ensina que

"le léopard est un lion modifié en quelques-uns de ses attributs essenciels. Il a tuojours la tête de face et laisse pendre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant legèrement que la pointe",

enquanto da para o leão, como característico imutável,

"la tête de profil".

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac, na "Gramaire Héraldique", nos afirma que

"le lion n'est représenté que de profil,- le léopard de face",

como tambem proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e Vervey no "Manuel d'Héraldique":

"un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard".

Pela origem dos Gurgeis, à qual nos vamos referir adiante, citamos primeiramente especialistas franceses, sem desdenhar os hespanhois que na mesma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto Y Arturo Carraffa, em sua Enciclopédia Heráldica y Genealógica Hispano-Americana, I-57:

"en el blason, los leopardos se diferencian de los leones en tres cosas esenciales" - "en que los leopardos tienen la cabeza de frente, mostrando los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de perfil".

CMP 2.1.9.35-12


E ainda em palavras de A. de Armengol y de Pereira,

"es de notar que en el blason los leopardos se ponen com la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, a diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo".

Mesmo na heráldica inglesa que muito difere das latinas, a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos característicos, dizendo-se que o leopardo "c'est tout simplement un lion don la tête est tarée de face" (18).

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitiria dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguado em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, "firmado nas patas trazeiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direito do chefe". Acompanha-o as "jumelles" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguêsa (gêminas), mas usada em França e na Hespanha (gemelas). Os Brueys de Saint André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgeis reproduzidas nas cadeiras,

"d'or au lion de gueules (la queune leopardée) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, embrassé des deux pattes devant du lion".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "jumelles" ou gêminas e, em chefe, a flor de lis, o formoso ornamento de Luís VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica dos países latinos.

Como diz Santos Ferreira, "a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sôbre a brica". E falando das diferenças, acrescenta que " a mais comum é, sem dúvida, a brica"; "seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis", "colocadas na primeira quarta parte do primeiro cantão do escudo que é o seu lugar clássico; mas se este lugar está ocupado por outra peça, coloca-se a diferença no meio do chefe".

Mais nos esclarece o Conde de São Paio (D. Antônio) na sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, quando afirma ser a diferença "geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe, caso chocasse com alguma peça já la existente, ou <u>ficasse prejudicada a estética do brasão</u>" (o grifo é nosso).

Que a flor de lis no brasão das cadeiras seja uma diferença, não é, portanto, absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguêsa ainda não registrara armas dos Gurgeis, obteve as dos Amarais tendo por diferença "huma meia brica sanguinha com huma flor de lis de prata" (19), isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo irmão o Sargento-mor Bento do Amaral da Silva.

CMP 2.1.9.35-13 

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir uma origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português (20) e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época, século dezessete, obedientes ao velho "Regimento da Armaria".

70 32 138 19

## GURGEL NOS ARMORIAIS PORTUGUÊSES

Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguêsa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente datava de um século atraz ou de maior tempo, pois, ja havia dois séculos que os Gurgeis estavam estabelecidos como família luso brasileira.

Sôbre estas armas, recorrendo-se aos brasonários portuguêses mais reputados, encontrar-se-á a imprecisão caracterisando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente, apelamos para Vilas Boas e Sampaio que, pela época do seu trabalho, não registra armas de Gurgeis e Gorjões para só descrever as de Galhardos nestas palavras:"D. João III as deu a Zuzarte Soares Galhardo no ano de 1529, "em campo vermelho um leopardo de ouro passante e à ilharga da cabeça huma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo leão".

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, ~~o que pode ser engano na descrição ou confusão entre as duas figuras,~~ Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz, categoricamente, "em campo vermelho um leão (21) de ouro (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não a ilharga) da cabeça, timbre o mesmo leão. ~~Admitindo-se~~ As figuras descritas por um e outro heraldista, entendem-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura (22); mas ficam ~~temos ainda~~ a clara divergência entre leopardo, leão no primeiro e leão no segundo, entre a "ilharga" e "acima da cabeça", expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos à página 147 do seu Armorial (vol I) sua descrição a nos dizer, "de vermelho, com um leopardo de oiro encimado por uma flor de lis do mesmo". No seu desenho, porem, (pag. 51 do vol. II) reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão como se tergiversasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflete nos seus desenhos dos brasões de Damião Dias e de Ribeira do mesmo armorial (23).

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgeis, as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portuguêses, é o leão rampante e "une jumelle" discordando, portanto, da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529 quando ja existiam em uso as armas dos Gurgeis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; ~~parece~~, assim, terem os Gurgeis o leão

convencemo-nos,

rampante com as gêminas entre as patas e, talves por diferença, a flor de lis em chefe.

Robustece esta nossa convicção uma ~~concessão~~ outorga do Rei de Armas do Império brasileiro, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, autor de composições de merces novas, boas umas, outras mas, demonstrando restrito conhecimento do direito heráldico: Em cartório da nossa nobreza imperial, aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls. 31, foram registradas armas de merce nova ao Comendador José Luís Campos do Amaral, tambem Gurgel (27); sendo merce nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de prata aberto guarnecido de oiro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger em casos sucessórios de brasões , cabos carecentes de documentos comprobatórios do direito de sucessão.

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras ~~em que~~ aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rompente, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas apenas na troca que se fez das gêminas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado tenha exibido algum exemplar das armas dos seus antepassados, sem poder provar a ascendência até o tronco Gurgel (27) e provocado, então, do Cartório da Nobreza, a solução da merce nova, (Arquivo Heráldico e Genealógico de Sanches de Baena - Apêndice fls. CCXVII) ( Barões de Vasconcelos - Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, pag. 573); o mesmo ~~que~~ se fez em concessões das armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em nossa pequena tese "O Brasão dos Alvarengas" publicada em 1932. Esta merce nova vem indicar os metaes e os esmaltes do nosso móvel iconográfico e encaminhar os Gurgeis a um entroncamento em estirpe francesa, de igual brasão, o que, para acerto, carecemos de conhecer a origem desta gente.

## ORIGEM E DESCENDÊNCIA DOS GURGEIS.

7º 37/37/19

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinha o Brasil sendo campo de incursões dos franceses, dentre outros povos europeus, todos eles interessados em comerciar com pau brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa, como relata, entre outros, Jean de Léry em sua "Viagem à Terra do Brasil", dizendo "que nas Índias pertencentes ao rei de Portugal ex veteri occupatione, não deseja este rivais nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. Os normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil foram muito hostilisados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal" (pag.36) os quais visitavam "Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses" (pag. 77).

Conta Pedro Taques que na repressão a uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou e, como "este Borafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas de guerra e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau brasil em que os franceses estavam comerciando. Foi tão fe-

Reina Fazenda, apoiada com detalhes, sobre fatos da vida deste francês no Rio de Janeiro:

"Mau grado a vigilancia dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau brasil. Um certo Toussaint Gurgel, foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Rotapogo. Gurgel fixou residencia nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Ouvidor), do lado direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das canelas), com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fôra casado com D. Domingas de Brás Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil."

CMP 2.1.9.35-15


liz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguio vence-los fazendo prisioneiros entre outros a Tucen Gurgel cabo da armada, valoroso frances, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi tronco dos Amarais Gurgeis daquela cidade e que depois se espalharam em São Paulo" (Silva Leme - Gen. Paulistana V, 508).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel, condizem com o ensino do historiador João Ribeiro (24) sobre o feito dos portuguêses no governo de Salvador Correa de Sa, governador do Rio de Janeiro com governo findo em 1570: tomaram eles em Cabo Frio uma náu francesa de "Duzentos toneis", com esquadrilha de canoas, curiosa organisação adotada pelos portuguêses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" "que operavam com êxito à noite, quasi sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente".

Botafogo tinha por genro Heliodoro Ebanos, (25) vindo para o Rio de Janeiro no governo de seu primo irmão Estácio de Sa, fundador desta cidade e nela falecido em 1567 em combate com os franceses. A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes e ter-se-ia dado antes de 1567 (1564 diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (26). Devemos distinguir os navegantes franceses católicos, comerciantes de pau brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quizeram crear sua colónia no Brasil; estes quando prisioneiros, eram justiçados.

Gurgel prisioneiro, entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe de Amaral Gurgel; seu prenome é citado de várias formas: Tassem, Tacem, Toussem, Touvem (~~sob~~ Toussaint) mas, invariavelmente e por todos os historiadpres, Gurgel o frances de alcunha e de nacionalidade.

Gurgel, como frances e como fidalgo que transmitio brasão d'armas aos seus descendentes, deveria ter em França família conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rietstap, prancha LXXVI, com os de Gourgues que ostemtam em campo azul um leão de oiro, estirpe tambem registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593, notável em feitos de guerra marítima, Marc-Antoine de Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua nobreza "d'azur, ao lion d'or, armé et lampassé de gueles".

E o nosso Gurgel, o Frances, com seu leão por armas, seria ~~talvez~~ de um ramo da estirpe dos de Gourgues; com outra não se identificam brasão e apelido estabelecidos e divulgados na França e no Brasil. Casou-se ele no Rio de Janeiro com uma senhora Amaral (Isabel, da Vila de Paratí, para uns, e Domingas de Arão para outros) (29) e, segundo Pedro Taques, Roque Luís e as cartas de brasão que citamos, foi pai de Messia, ou Maria, de Arão Gurgel casada com o coronel José Nunes do Amaral; de Ângela de Arão do Amaral casada com o capitão João Batista Jordão; e de Antônia do Amaral casada com João de Azevedo Rocha, desenvolvendo sua descendência em número vultoso.

descendente da Mestria de Brás Gurgel

CMP 2.1.9.35-16

A êstes ramos, pertence o Sargento-mor Ouvidor Bento do Amaral da Silva; foi seu irmão (28) o Capitão Francisco do Amaral Gurgel "hum dos homens mais principais e afazendados da dita capitania", nomeado capitão-mor governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse no cargo se deu em 1º de março do mesmo ano para ocupa-lo até 1711 quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa. Bento do Amaral da Silva casou-se, provavelmente, em Parnaiba (29) dentro do seiscentismo, com D. Escolástica de Godoi, de tradicional família paulista, (28) para ser o tronco único dos Amarais-Gurgeis do Estado de São Paulo.

CLÁUDIO GURGEL ~~E OUTRAS CARTAS~~

70
14
36
2 28

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral e data de 7 de abril de 1705, anterior à destruição do Cartório da Nobreza de Lisboa em 1755; reproduzimo-la graças aos cuidados do erudito historiador Dr. Ricardo Gumbleton Duant e do não menos erudito e tambem historiador Dr. Ricardo Gumbleton Duant neto, que hoje a possue, por publica forma, passada por Tabelião de Stu aos 15-XI-1851, no relicário de preciosidades em que reside na cidade de São Paulo. Segundo Sanches de Baena, (30) foi Cláudio fidalgo da Casa Real e teve, vitalício, o ofício de procurador da cidade de Lisbôa. Afrânio Peixoto (31) fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida de Cláudio no Rio de Janeiro:

> "Em 1682 sentou praça Cláudio do Amaral Grugel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira Chaves e João Furtado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fazenda Real e pelo governador Sebastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e contador dela. Também ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto. Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmão da Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e provedor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e enviuvando tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família consideráveis. De desavenças contra parciais de grupos contrários na cidade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veiu a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda (op. cit. 361-2) que da estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, por condição imposta na doação".

* ~~Sobre esta doação, esclarece o mesmo Afrânio Peixoto~~

> " a escritura de doação do Dr. Cláudio Grugel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória, acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Práia da Carioca". "Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Grugel do Amaral".

+ engrandecem para ter hoje eminentes figuras e projeção das mais ilustres na vida do país.
~~28~~ Podemos concluir que o seu brasão é o apresentado na figura 1, franqueado do de Amaral, de seis crescentes, constituintes ambos do tronco inicial da notável estirpe.

CMP 2.1.9.35-17


Depois de ser capitão da fortaleza da Carioca e provedor da Misericórdia, passou Cláudio a Lisboa, como se ve na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol XII, páginas 54 e 55, ao tratar dos aquedutos de Portugal, com relato interessante da atuação do mesmo Gurgel:

> "O aqueduto, porem, que a todos domina e sobreleva pelo seu desenho , dimensões, mármores e cantaria empregados na fábrica, é o denominado Aguas Livres de Lisboa. É tambem chamado de Alcântara por passar sobre o vale dêste nome." "A falta d'agua tornava-se espantosamente sensível em Lisboa no reinado de D. João V. Atribue-se a construção do aqueduto à deligência de Cláudio Gurgel do Amaral e o risco a Manuel da Maia e Custódio Vieira". "Mas coube finalmente a D. João V a glória de se ter realisado durante seu reinado aquele emprendimento, por proposta do procurador da cidade Cláudio Gurgel do Amaral, em 1728".

Voltou Cláudio ao Rio de Janeiro onde faleceu em sua Santa Casa de Misericórdia.

Outras Cartas

70 13 57 2 28

A segunda carta de brasão, foi outorgada em 1760 a Francisco da Cunha e Amaral, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da vila de Paratí, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha, natural da mesma cidade do Rio de Janeiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel, senhor do Engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, sobrinho carnal de Cláudio Gurgel do Amaral e o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel. Depois deste, João da Costa Barros Rocha do Amaral obteve a quinta carta, esquartelando as armas dos Amarais com as de outra ascendência sua.

A quarta carta, a primeira a registrar em Portugal o brasão de Gurgel, perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras ja existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas.

Conclusão

70 9 61 2 30

Sanches de Baena (30) da início à família Gurgel em Cláudio Gurgel dizendo que pelo seu irmão José passou ela ao Brasil, quando inversamente deve ser historiada, pois, formou-se no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal. No Brasil cresceu, espalhou-se, +

## A HISTÓRIA DAS CADEIRAS MOBILIÁRIAS

70 23 47 2 23

Para prova da autenticidade do documento iconográfico heráldico que apresentamos, vemo-nos obrigados a historiar a existência dele, o que fazemos a vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição:

Não temos dúvida em aceitar Parnaiba (Estado de São Paulo) como a terra onde se casou o Sargento-mor Bento do Amaral da Silva. Nela nasceu sua esposa e nela o primeiro filho do casal; fixou, depois, sua residência em São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu (31) deixando a família na abastança. Sua esposa, D. Escolástica de Godoi, era filha de Antônio de Godoi Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em

CMPZ 1.9.35-18 

em descobertas de minas (33), teve a honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del rei D. Pedro II em 1698. Os Godois eram fidalgos com brasão d'armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupantes em outros muitos campos de atividade. A mãe de D. Escolástica, D. Ana de Lima e Moraes, talves ainda maior número de fidalgos contasse entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Pompeo de Almeida, capitão-mor da vila de Parnaiba, fundador da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituio para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor no seu genro Antônio de Godoi Moreira.

D. Escolástica de Godoi ficou viuva aos 2 de junho de 1719; conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto em que vivera com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé católica e recomendações de bens d'alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o Sargento-mor Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas".

Não poderia, porem, viuva tão rica ter-se livrado dos novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras certamente de mãos vasias, e o deposou, tornando-se a senhora do Sargento-mor José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida D. Escolástica aos 6 de novembro de 1736, ja sofria, no ano seguinte, um mandato de penhora de seus bens. Deste casamento ficou um filho.

Como ja vimos, o Sargento-mor Bento do Amaral da Silva possuia duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Baía, com pregaduras e maçanetas doiradas, da qual identifico duas cadeiras (figs. 3 e 5) propriedade do Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo, que Bento do Amaral usou no fausto de sua vida para deixa-la, provavelmente, aos descendentes que permaneceram na Capital. Dificilmente se poderá reconstituir o roteiro da existência desta mobília, bastando-nos reconhece-la com os dados históricos mais completos para a sua irmã.

Mas a mobília mais velha (figs. 2 e 4) ja com algum uso no falecimento do proprietário e "feita na terra", coube ao filho primogênito, Capitão José do Amaral Gurgel, assim como a espada de punho de prata e outros bens.

## JOSÉ DO AMARAL GURGEL

70/21/49/24

O Capitão José do Amaral Gurgel, o primogênito, nasceu em Parnaiba onde foi batisado em 1695; ainda solteiro, mudou-se para Itú a cuidar de sua sesmaria (34), para la transportando a mobília paulistana herdada do pai (fig 2 e 4). Em Itu, aos 23 de maio de 1730 casou-se com D. Escolástica de Arruda Leite Ferraz, filha do Capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da Capitania, e de D. Antônia de

CMP 2.1.9.35-19


Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paios (35), famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado pelo então Sargento-mor João de Mello do Rego e pelo capitão-mor de Itu Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra e todos, nubentes e testemunhas, fidalgos de brasão d'armas.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu (36) onde passou a sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade legando a mobília que recebera do pái, ao seu filho Vicente Ferrer do Amaral.

VICENTE FERRER DO AMARAL

70
2+
46
2 23

Nasceu em Itu (37) mas foi batisado aos 9 de julho de 1735 na Sé de São Paulo, tendo por padrinhos a sua avó paterna D. Escolástica de Godoi e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residio em Itu onde se casou às 5 1/2 horas da tarde de 11 de dezembro de 1769, com D. Brígida Soares de Camargo, nascida, e batisada aos 3 de março de 1754, na vila de Cotia, filha de Inácio Soares de Barros e de D. Marta Maria de Camargo Lima por quem trouxe o sangue dos célebres Camargos da Capitania.

Vicente Ferrer, como seu pai, foi homem de posses, foi senhor de engenho, tinha várias propriedades agrícolas, animaes, escravatura e "uma morada de casas no páteo da Matriz", de dois lanços, de taipa de pilão, confinando com casas do Capitão Inácio Xavier Paes de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno; na sala principal desta casa, usava-se a mobília brasonada (figs.2 e 4) que pertencera a seu avô paterno. ~~Dentre os seus filhos, fi-o entrar o acadêmico, poeta e jornalista Amaral Andrade~~. Dos ~~Dentre os~~ seus filhos homens, o mais velho, Melchior, fez-se sacerdote para o que se deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os Cânones da Igreja. Vicente Ferrer e sua mulher instituiram este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do páteo da Matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Ferrer do Amaral em 23 de julho de 1812, a pertencer ao Padre Melchior acima citado.

O casal teve os seguintes filhos:

1. D. Ana do Amaral Gurgel (1771)
2. D. Maria do Amaral Gurgel (1773)
3. D. Antônia de Pádua do Amaral (1775)
4. José, falecido menor (1776)
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777)
6. João Evangelista do Amaral (1778)
7. D. Brígida Soares de Camargo (1781)
8. D. Gertrudes Soares de Camargo (1785)
9. D. Francisca Soares do Amaral (1788)
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas.
11. D. Bernarda, falecida menor (1790)
12. Tomaz José do Amaral Gurgel (1791).

~~Dentre os dois filhos de Vicente Ferrer, o acadêmico poeta~~ De um dêstes filhos ~~de Vicente Ferrer~~, foi filho de Vicente Ferrer,

CMP 2.1.9.35-20


natural o Padre Manuel Joaquim de Amaral Gurgel, doutor em leis e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (Gen. Paulistana VI - 134).

PADRE MELCHIOR DE PONTES DO AMARAL

70 34 36 2 18

Erradamente foi ele por alguns (38) chamado Belchior; ainda que assim se tenha consignado no assentamento de batismo, em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome era Melchior (39) como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, nome, aliás, em sua lembrança posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre.

Antes de se ordenar, com mais dois irmãos, requereu em princípios de 1795, as deligências para sua habilitação de genere (40) e o fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

"Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de Camargo (41) e Tomaz José dp Amaral Gurgel, batisados na Matriz da Freguezia de N. Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Ferrer do Amaral, batisado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batisada na Matriz de N. Senhora do Monserrate da Freguezia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batisado na Matriz da Freguezia de Sant'Ana da Vila de Parnaiba, e de sua mulher Escolástica de Arruda Leite, batisada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta Maria de Camargo Lima, ambos batisados na dita Matriz da Freguezia da Cotia, todas deste Bispado, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligências de genere ....."

Ordenado, residia o Padre Melchior em Itu onde foi proprietário da casa da herança paterna no Páteo da Matriz e da velha e avoenga mobília brasonada (figs. 2 e 4). Nesta casa o nosso avô materno, José Vaz Pinto de Mello, sobrinho neto do Padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o Padre, residiram suas irmãs solteiras mesmo depois de ter-se o Padre Melchior mudado para Capivari, sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O Padre Melchior, nos informa Nardy Filho (42) "foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal, e como advogado seguiu o que de S. Ivo diz a Igreja: Advocatus sed non latro, res mirabilis; foi conciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em S. Paulo em 1822 pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo tambem ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal".

Gozando de grande estima residiu o Padre tambem em Capivari, onde finou-se no dizer do obituário (43):

CMP 2.1.9.35-21 

"Padre Melchior de Pontes Amaral - Aos 15 de março de 1850, nesta Vila faleceu hidrópico, com todos os sacramentos o Padre Melchior de Pontes Amaral de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari.

(a) O Vigº Fabiano Je. Morª. de Camargo".

O inventário dos seus bens foi requerido nesta mesma cidade de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, "uma casas na cidade de Itu" e "trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral". Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, então a única solteira viva, outro inventário que se consumou cabendo a ela mesma a casa do Páteo da Matriz, por desistência dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que ja lhe pertencia por doação.

## D. FRANCISCA SOARES DO AMARAL

A donatária e herdeira do Padre Melchior, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus páis e o irmão padre. Falecendo prematuramente sua sobrinha carnal D. Ana do Amaral Gurgel e o marido, esta, Antônio José de Barros, as filhas do casal passaram para a compania de D. Francisca até sua morte. Conforme seu testamento, estas sobrinhas netas herdaram, em conjunto, todos os seus escravos. Foi, porém, instituida herdeira universal a sua sobrinha D. Ana Guilhermina Alves do Amaral que não sabemos se é a mesma D. Aninha Mestra, uma das herdeiras dos escravos, conhecidíssima em Itu onde lecionou por muitos anos em escola instalada no páteo da Matriz. Depois de falecido o Padre Melchior, ou posteriormente à morte de D. Francisca Soares do Amaral, cujos bens foram inventariados em Itu em 1869, a mobília brasonada foi repartida entre sobrinhos do Padre, ficando uma cadeira com D. Aninha Mestra, representante da mãe falecida. Por esta ocasião residia fora de Itu o sobrinho neto do Padre Melchior, José Vaz Pinto de Mello, que voltando à cidade muito lamentou não receber também uma cadeira brasonada o que levou sua prima e comadre, D. Aninha Mestra, a fazer-lhe presente da que possuia, sendo esta cadeira levada para Santos, para o sobrado do Largo do Rosário, fig. 8 (44).

Este novo proprietário de uma das cadeiras (figs. 2 e 4), neto paterno do Tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de D. Antônia de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello e Sousa, genealogista de vastos conhecimentos como o pai (45), fazendeiro em Indaituba, progenitor de muitos filhos e quando de generosidade e liberalidades caracteristicamente fidalgas. Seu filho José, acima citado, como os demais irmãos, cuidou dos teres para mantença própria e da família que cedo constituio, tornando-se, em certa época, um dos maiores comissários de café de Santos; culto, inteligente, viajado, não desfaleceu no seu idealismo que o levou aos arraiais políticos, dedicando-se à propaganda e tomando parte na "Convenção de Itu" em cujo museu foi posto o seu retrato, óleo de autoria de Tarcila Amaral que, ~~foi um homem carranculo, de semblante impenetrável, quando se trata-~~

ainda na escola clássica, o que
va, realmente, de fisionomia austera, refletida da incomum energia dos Mellos de Itu, mas de homem afável no trato, cavalheiresco e de amorável simpatia. Nesta Convenção encontrou José Vaz Pinto de Mello, convencionais tambem, os seus irmãos Francisco Pedro de Sousa e Mello, Balduino de Mello Castanho Sobrinho, os seus primos irmãos José da Rocha Camargo e Mello, Balduino do Amaral e Mello, e o seu parente Américo Brasiliense de Almeida e Mello.

Antes da morte dêste último proprietário, aos 17 de maio de 1917, passou a cadeira a pertencer ao seu filho Pedro de Mello, genealogista, também commissário de café, fundador de fazenda no norte do Paraná, homem culto, amante dos livros, auto didata versado em várias linguas, apaixonado orquidófilo, que militou na política seguida pelo pái e que, tambem ainda em vida, doou a cadeira ao seu sobrinho carnal, atual proprietário, autor do presente estudo.

Na distribuição feita em Itu, uma outra cadeira da mobília (figs. 2 e 4) coube ao sobrinho do Padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de D. Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro em Indaiatuba, doou a sua cadeira ao seu sobrinho carnal Dr. Pedro de Mello e Sousa Junior, engenheiro, em cuja posse teve a cadeira um curioso perigrinar: Êste engenheiro, formado pela Universidade de Cornell, Estados Unidos A., recebeu a doação quando residia em Descalvado (1880-1885) tendo, em junho dêste último ano, com sua senhora, embarcado, levando sua cadeira engradada para os Estados Unidos, no "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar pelos Abrolhos, naufragou por bater em uma rocha (46), salvando-se, cadeira e seus proprietários, em barco de um português que os deixou em Caravelas onde permaneceram tres dias. Daqui foram a São Salvador da Baía num "calhambeque" passando, então, para o "Nilo", tambem da Mala Real Inglesa, que os levou a Lisboa, Vigo e Soutampton; desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias chegaram a Brooklin sendo alvo de curiosos observadores intrigados com a idade da cadeira; seguiram para Ítaca onde residiram durante quatro anos para retornar ao Brasil em 1889, a bordo do "City of Rio" e fixarem-se em Santos até 1910, transferindo-se, então, para sua chácara "Arcadia", na Freguezia do Ó em São Paulo; em setembro de 1936, a cadeira foi doada como presente de núpcias, ao seu sobrinho neto Engenheiro Alceu de Campos Pupo.

O Dr. Pedro de Mello e Sousa Junior foi renomado proficional tendo construido inúmeros prédios no interior do Estado e na capital, especialmente no então elegantíssimo e luxuoso bairro dos Campos Elíseos.

Das mobílias brasonadas do Sargento-mor Bento do Amaral da Silva, restam, pois, que se conhecem, quatro cadeiras: duas da mobília mais velha "de pregadura miuda" "feita na terra", ora em poder de particulares, uma na capital do Estado e outra em Campinas; duas da mobília mais nova "de pregadura e maçanetas doiradas","feita na Baía", hoje de propriedade do Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo.

CMP 2.1.9.35-24

*

* Sobre o morro da Gloria, conta

Mello Moraes Fº em "Festas e Tradições Populares do Brasil" fls 227.

(~~sobre o morro da Gloria~~) "Aquela Montanha que se agigantava coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d'este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Claudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699 a cedeu em patrimonio a Nossa Senhora da Gloria".

~~interessantissima e precisa~~ ~~HHHH~~

É Afranio Peixoto ~~que se fundou no artigo de Vieira Fazenda, da Revista Selecta de 11 de agosto de 1917,~~ escudado que,

Prezado amigo e ilustre historiador José Fernandes

Só agora venho formular o meu agradecimento pela gentil oferta do seu trabalho "História de Jaú".

Eu me empenhava em fazer-lhe êste agradecimento oferecendo-lhe a "Monografia Histórica do Município de Campinas", ~~obra~~ obra esgotada e de difícil aquisição.

Hoje posso agradecer-lhe retribuindo a atenção com exemplar desta publicação, o que faço com o prazer de enviar ao amigo um dos melhores trabalhos sôbre Campinas.

Sei que é seu desejo possuir